

PROJETO DE LEI N° , DE 2014

(Deputado Renato Simões PT/SP)

Propõe revogar parcialmente o artigo 1º, da Lei 5.595/1970, para alterar a denominação da ponte Rio - Niterói para Ponte “Rubens Paiva”.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. É alterada e denominada "Rubens Paiva" a ponte Rio - Niterói parte integrante da Rodovia BR-101- Natal – Niterói –Rio - Osório, do Plano Rodoviário Nacional - Lei nº 4.592, de 29 de dezembro de 1964.

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JUSTIFICATIVA

Uma nação se constrói através dos resultados e objetivos que a maioria do povo escolhe de forma livre. A sociedade brasileira repudia com

veemência a covardia do mais forte diante do mais fraco, as injustiças e os abusos no exercício do poder. Assim é, no caso, de governo caracterizado pela ditadura civil ou militar.

Uma nação é uma alma composta de um legado de lembranças de fatos do passado outra é o consentimento atual, o desejo de viver em conjunto, a vontade continuar a fazer valer a herança que receberam esses indivíduos.

Na lição do historiador, filósofo Frances Ernest Renan: *“Uma nação é, então, uma grande solidariedade, constituída pelo sentimento dos sacrifícios que fizeram e daqueles que estão dispostos a fazer ainda”*.

Nos artigos 37 e 216 da Constituição Federal estabelecem que o princípio da impessoalidade e a defesa do patrimônio são deveres do Estado nacional.

Diz o artigo 216 da Constituição Federal: *“constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”*.

O dispositivo é disciplinado na legislação ordinária. Por exemplo, é digno de nota o art. 1º do Decreto-Lei nº 25/37, recepcionado pela CR/1988, que afirma que *“constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico”*.

O Ministério Público Federal ingressou, recentemente, com uma ação civil pública contra a União, para revogar a lei que deu a ponte Rio – Niterói o nome de um ditador. Nesta proposta de lei ora apresentada na Casa do Povo, não se pode omitir os nomes dos autores da ação judicial, são eles: Tatiana Pollo Flores, Antonio do Passo Cabral, Eduardo Ribeiro Gomes El Hage – membros do Grupo de Trabalho de Justiça de Transição do Ministério Público Federal do Rio de Janeiro. Para que seus nomes sejam registrados nos anais do Poder Legislativo, como exemplos positivos de brasileiros.

Da referida Ação Civil Pública transcrevemos os seguintes trechos:
“Primeiramente, a Ponte Rio-Niterói é um símbolo de extrema relevância para a memória coletiva por ser um marco da engenharia brasileira. Até hoje, quase 40 anos depois de sua inauguração, a Ponte Rio-Niterói é a maior ponte do país em extensão. Até hoje detém recordes mundiais, como de maior ponte do hemisfério sul e maior vão central do mundo. Atravessa a famosa Baía da Guanabara, mais conhecido cartão postal do país. É, portanto, um símbolo da vitória da ciência brasileira.

.....

No âmbito federal, o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH3),² em sua Diretriz nº 24 (Preservação da memória histórica e a construção pública da verdade), estabelece medidas concretas para cumprimento do objetivo estratégico de incentivar as iniciativas de preservação da memória histórica e de construção pública da verdade sobre períodos autoritários.

.....

Arthur da Costa e Silva era nascido no Estado do Rio Grande do Sul.

Foi um dos principais articuladores do golpe de 1964, que depôs o presidente João Goulart. Foi Ministro da Guerra durante o governo Castello Branco (1964-1966), e se desincompatibilizou do cargo para candidatar-se às eleições indiretas na legenda da Arena. Em 3 de outubro de 1966, Costa e Silva e Pedro Aleixo foram eleitos, respectivamente, presidente e vice-presidente pelo Congresso Nacional, com a abstenção de toda a bancada do MDB, partido oposicionista.

Em 15 de março de 1967 foi empossado na presidência e em agosto de 1969 afastou-se do cargo em virtude de uma trombose cerebral, sendo substituído por uma junta militar. Faleceu em 17 de dezembro de 1969.

No período em que esteve ocupando a Presidência da República, Costa e Silva foi responsável pelo endurecimento da ditadura militar. Costa e Silva era adepto da linha dura, ao contrário de Castello Branco. Segundo Elio Gaspari:

“Costa e Silva roera com astúcia e audácia a autoridade de Castello. Se os radicais abriam uma crise exigindo a cassação do ex-presidente Juscelino Kubitschek, o ministro da Guerra tornara-se porta-voz da exigência. Quando surgia um movimento contra a realização das eleições, o ministro amparava-o. Se Castello procurava pacificar as relações dos intelectuais com o governo, seu ministro solidarizava-se com a caça às bruxas na Universidade de São Paulo. Quando o governo acertava, Costa e Silva era seu ministro de Guerra.

Quando o presidente desagradava os quartéis, Costa e Silva transformava-se em comandante revolucionário, capaz de negociar a

indisciplina. Jogara nessas duas posições com maestria. Colocara-se como estuário das frustrações de todos aqueles que achavam necessário aprofundar o processo arbitrário e punitivo. Não que fosse um radical: era apenas um manipulador da anarquia.

Em outubro de 1965, quando as vivandeiras derrotadas nas eleições insuflaram os granadeiros pedindo a edição do AI-2, Costa e Silva cavalgou destemidamente a crise.

Associou-se à desordem e tornou-se fiador da paz. Tática velha nos jogos de poder dos militares, essa manha é respeitada enquanto preserva a aparência pública da disciplina. O Ministro da Guerra nem sequer esse limite respeitou. Na tarde de 22 de outubro, durante um churrasco realizado em Itapeva, no interior de São Paulo, Castello e Costa e Silva confraternizavam com a oficialidade que acabara de concluir manobras militares na região. O ministro, violando a programação, resolveu discursar para a tropa. Respondeu a um pronunciamento do Supremo Tribunal Federal, Álvaro Ribeiro da Costa, que condenara as insubordinações da linha dura dizendo que 'já é tempo de que os militares se compenetrem de que num regime democrático não lhes cabe papel de mentores da Nação'. Costa e Silva desafiou-o diante de uma plateia que, como a do Automóvel Clube em março de 1964, gritava 'Manda brasa'. Mandou-a. 'O Exército tem chefe.

Não precisa de lições do Supremo. [...] Dizem que o Presidente é politicamente fraco, mas isso não interessa, pois ele é militarmente forte', atacou Costa e Silva, pedindo desculpas ao presidente pela ênfase”.

Quando assumiu a Presidência, rapidamente foi observada uma intensa escalada de brutalidade do governo Costa e Silva logo quando enfrentou a primeira oposição.

Com efeito, nos dois primeiros anos do governo Costa e Silva, crescia o movimento de oposição à ditadura militar. O Partido Comunista Brasileiro, reunido em seu VI Congresso, condenou a opção pela luta armada como forma de combate ao governo, dando origem a várias dissidências na esquerda brasileira. Em 1967 foi descoberto o foco de guerrilha rural na serra de Caparaó, Minas Gerais. Políticos de diferentes tendências formaram a Frente Ampla, sob a liderança de Carlos Lacerda e com o apoio de Juscelino Kubitschek e João Goulart. De caráter oposicionista, a Frente Ampla propunha a luta pela redemocratização, anistia, eleições diretas para presidente e uma nova constituinte.

O ano de 1968 foi marcado pela intensificação dos protestos e uma brutal e imediata reação do governo. As manifestações estudantis, que denunciavam a falta de verbas para educação e se opunham aos projetos de privatização do ensino público, ganharam nova dimensão com a morte do estudante secundarista Edson Luís, em conflito com a Polícia Militar no Rio de Janeiro. Em resposta, houve uma greve estudantil nacional, comícios e manifestações urbanas com a participação de amplos setores da sociedade, cujo ponto alto foi a “Passeata dos Cem Mil”, ocorrida no Rio de Janeiro. Diante dessa tensão política, no mês de abril o governo proibiu a Frente Ampla, tornando ilegal suas reuniões, manifestações e publicações.

No movimento trabalhista, ocorreram duas importantes greves, em Contagem (MG) e Osasco (SP), com a intervenção do governo no sindicato dos metalúrgicos desta cidade. Em outubro, a União Nacional dos Estudantes (UNE) realizou um congresso clandestino em Ibiúna (SP), que, descoberto, resultou na prisão dos líderes estudantis. Ocorreram as primeiras ações da guerrilha urbana em São Paulo.

Em setembro, o deputado Márcio Moreira Alves, do MDB, discursou na Câmara dos Deputados, responsabilizando os militares pelas violências praticadas contra os estudantes. Seu pronunciamento foi considerado ofensivo às Forças Armadas, e resultou no pedido de cassação de seu mandato pelo governo, pedido este que foi negado pela Câmara dos Deputados em 13 de dezembro de 1968. A derrota do governo no episódio Moreira Alves e a intensificação das manifestações contra o regime militar levaram Costa e Silva a editar, no mesmo dia 13 de dezembro, o Ato Institucional nº 5 (AI-5), a maior brutalidade jurídica já produzida contra o povo brasileiro.

O AI-5 ampliou os poderes presidenciais, possibilitando: o fechamento do Legislativo pelo presidente da República, decretando recesso do Congresso Nacional; a intervenção federal em Estados e Municípios sem qualquer limitação constitucional; a suspensão dos direitos políticos e garantias constitucionais dos indivíduos por 10 anos; a cassação, demissão e aposentadoria forçada de servidores públicos; confisco de bens; entre outras medidas. O AI-5 suspendeu a garantia do habeas corpus e restringiu ainda o Judiciário, suprimindo da apreciação dos juízes os atos praticados com fundamento nas suas disposições. Após a edição do AI-5, seguiram-se outras violações. Os primeiros efeitos do ato de Costa e Silva foram percebidos naquela mesma noite. O Congresso foi fechado, acompanhado pela cassação de diversos parlamentares. O ex-Presidente Juscelino Kubitschek, ao sair do Teatro Municipal do Rio – onde tinha sido paraninfo de uma turma de formandos de engenharia – foi levado para um quartel em Niterói, onde permaneceu preso num pequeno quarto por vários dias, sem roupa para trocar e nada para ler. O governador Carlos Lacerda foi preso no dia seguinte pela PM da Guanabara. Após uma semana em greve de fome, conseguiu ser libertado.

As violações aos direitos da população foram registradas pelos historiadores. No Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, FGV-CPDOC, verbete Arthur da Costa e Silva (trecho), lê-se que:

Foi no governo Costa e Silva que começaram a ser aparelhados órgãos de informações e operações que passaram a implantar a tortura como prática governamental. Inspirados na Oban, criaram-se os Destacamentos de Operações de Informações (DOI), palcos de torturas, sequestros e assassinatos. Em 1967, “as denúncias de torturas são 50. Um desaparecido, dois mortos em quartéis. Um deles, foi dado por suicida, enforcado na cela”. Já o ano de 1968 terminou com 85 denúncias de tortura, morrendo 12 manifestantes nas ruas.

Portanto, a personagem homenageada pela atribuição de seu nome à Ponte Rio-Niterói é sem dúvidas alguém que praticou inúmeras barbaridades contra o povo. Esse foi o legado do governo Costa e Silva à história do Brasil, um legado de supressão de direitos, de adoção da tortura e do assassinato como práticas governamentais, um legado de autoritarismo e truculência. Nada que pudesse justificar a homenagem.

Assim, o direito à memória deve ser preservado para que o patrimônio histórico-cultural brasileiro seja marcado corretamente, sem falsas homenagens, a fim de que as lembranças da violência sirvam para a criação e fomento a uma cultura de proteção dos direitos humanos, atendendo à finalidade de educar a comunidade (esta e as futuras gerações) e de proporcionar reflexões que conduzam à não repetição dos fatos do passado (a expressão "nunca mais" ficou célebre neste tema).

Caso o nome de um símbolo tão importante como a Ponte Rio-Niterói continue atribuído a uma figura tão perniciosa de nossa história como foi o General Costa e Silva, nada disso poderá ocorrer: o direito à

memória será violado e o patrimônio histórico-cultural brasileiro não será adequadamente protegido”.

Quem foi Rubens Paiva?

***Rubens Beyrodt Paiva** (Santos, 26 de dezembro de 1929 — Rio de Janeiro, ? de ? de 1971) foi um engenheiro civil e político brasileiro dado como desaparecido durante a ditadura militar no país. Sua morte só foi confirmada mais de 40 anos depois, após depoimentos de ex-militares envolvidos no caso, em depoimento à Comissão Nacional da Verdade.*

Era filho de Jaime Almeida Paiva, advogado, fazendeiro do Vale do Ribeira e despachante do Porto de Santos, e de Araci Beyrodt. Casou-se com Maria Lucrecia Eunice Facciolla (n. 1929), com quem teve cinco filhos: Marcelo Rubens Paiva, escritor e jornalista, Vera Sílvia Facciolla Paiva (psicóloga e professora), Maria Eliana Facciolla Paiva (jornalista, editora de arte e professora), Ana Lúcia Facciolla Paiva (matemática e empresária) e Maria Beatriz Facciolla Paiva (psicóloga e professora).

Formou-se em engenharia civil pela Universidade Mackenzie, em São Paulo, em 1954. Militou no movimento estudantil na campanha "O petróleo é nosso". Foi presidente do centro acadêmico e vice-presidente da União Estadual dos Estudantes de São Paulo.

Sua vida política tomou impulso em outubro de 1962, quando foi eleito deputado federal por São Paulo, na legenda do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Assumiu o mandato em fevereiro do ano seguinte e participou da Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI, criada na Câmara dos Deputados para examinar as atividades do IPES-IBAD (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais – Instituto Brasileiro de Ação Democrática). A instituição financiava palestrantes e escritores que

escreviam artigos avisando sobre a chamada "ameaça vermelha" no Brasil. Com o Golpe Militar de 1964, devido ao fato de ter participado da CPI do IBAD, teve seu mandato cassado no dia 10 de abril de 1964, editado no dia anterior (AI-1) pela junta militar que assumiu o poder a partir da deposição de João Goulart.

Rubens Paiva se exilou na Iugoslávia e depois na França. Passados nove meses, viajou com destino a Buenos Aires, a fim de se encontrar com Jango e Brizola. Mas, durante uma escala do voo no Rio de Janeiro, disse à aeromoça que iria comprar cigarros, saiu do avião e pegou outro voo para São Paulo, seguindo para a casa de sua família. Chegou em casa de surpresa, dizendo: "Entrei no Brasil, estou no Brasil, vou ficar no Brasil". A família mudou-se então para o Rio de Janeiro, e Rubens Paiva voltou a exercer a engenharia e a cuidar de seus negócios, mas sempre fazendo contatos com os exilados.

Fundou, com o editor Fernando Gasparian, o Jornal de Debates e foi diretor da Última Hora de São Paulo, até que o jornal foi vendido por Samuel Weiner ao Grupo Folha da Manhã, de Octavio Frias de Oliveira.

Em 1969, depois de uma visita a Santiago, Chile, para ajudar a exilada Helena Bocayuva Cunha, filha de seu amigo Luiz Fernando Bocayuva Cunha (também deputado cassado após o golpe de 1964) que fora implicada no sequestro do embaixador Charles Burke Elbrick, Rubens Paiva voltou para o Brasil. Algum tempo depois, pessoas que traziam uma carta de Helena endereçada a Rubens, foram presas pelos órgãos da repressão política. Os agentes suspeitaram que Rubens Paiva fosse o contato de "Adriano", codinome de Carlos Alberto Muniz, militante

do MR-8 e contato de Carlos Lamarca, à época o homem mais procurado do país.

Na esperança de prender "Adriano" e conseqüentemente chegar a Lamarca, pessoas que se disseram pertencer à Aeronáutica, armadas com metralhadoras, invadiram a casa de Rubens Paiva, no Rio de Janeiro, em 20 de janeiro de 1971, para prendê-lo, sem contudo apresentar um mandado de prisão. Ele teve tempo de se arrumar e saiu de terno e gravata, guiando o próprio carro. A recuperação posterior desse carro seria a prova de que o ex-deputado fora preso - o que os órgãos de repressão negavam.

Eunice, sua esposa, também foi detida no mesmo dia, juntamente com sua filha de quinze anos, Eliana, e permaneceu incomunicável durante doze dias. Eliana foi solta no dia seguinte, tendo sido deixada na Praça Saens Peña, na Tijuca. Entre o dia de sua prisão e o seguinte, Rubens Paiva foi transferido, da III Zona Aérea para o Destacamento de Operações Internas (DOI), no quartel da Polícia do Exército, onde teria sido novamente torturado. Segundo testemunho do médico Amilcar Lobo, que na época atuava no DOI-Codi, Paiva morreu por causa dos ferimentos sofridos em sessões de tortura.

Segundo nota oficial dos órgãos de segurança à época, o carro que conduzia Rubens Paiva teria sido abalroado e atacado por indivíduos desconhecidos, que o teriam sequestrado dois dias depois da sua prisão. Assim, ele foi dado oficialmente como desaparecido. A farsa foi desmascarada em 2014, depois de depoimento à Comissão Nacional da Verdade feito pelo ex-major Raimundo Ronaldo Campos, que admitiu ter montado a versão com a ajuda de dois companheiros, incendiando e atirando no suposto fusca no qual Paiva teria sido resgatado por

subversivos, para que ele assim fosse encontrado, confirmando a versão oficial de resgate.

Em carta, ainda em 1971, ao Conselho de Defesa dos Direitos Humanos, com base em relato de testemunhas, Eunice Paiva contou que provavelmente seu marido começara a ser torturado no mesmo dia de sua prisão, durante o interrogatório realizado na sede da III Zona Aérea, localizada junto ao aeroporto Santos Dumont, no Rio de Janeiro, à época sob o comando do brigadeiro João Paulo Burnier.

Em 1996, após sancionada a chamada Lei dos Desaparecidos pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso, foi emitido o atestado de óbito do ex-deputado, ficando assim reconhecida oficialmente a sua morte. O corpo, entretanto, nunca foi encontrado.

Em fevereiro de 2014, a Comissão Nacional da Verdade denunciou que o assassino de Rubens Paiva foi o ex-tenente do exército Antônio Fernando Hughes de Carvalho, oficial do CPOR – Centro de Preparação de Oficiais da Reserva) ligado à Cisa – Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica), através de depoimento de outros dos envolvidos, o coronel da reserva Armando Avólio Filho, ex-integrante do Pelotão de Investigações Criminais da Polícia do Exército (PIC-PE), presente ao interrogatório e tortura de Paiva. A morte do ex-deputado se deu nas dependências do Destacamento de Operações de Informações (DOI) do I Exército, na Rua Barão de Mesquita, Tijuca, zona norte do Rio de Janeiro. Por seu trabalho na repressão aos subversivos, o tenente Hughes de Carvalho, já falecido, foi condecorado com a Medalha do Pacificador em 1971.

Em 1992, Telma de Souza, prefeita de Santos, terra natal de Rubens, o homenageou colocando seu nome no Terminal Municipal de

Passageiros, localizado no bairro do Valongo. Na inauguração estavam presentes a viúva e um dos filhos de Rubens, o escritor Marcelo Rubens Paiva.

Em 24 de setembro de 1998, foi inaugurada no bairro da Pavuna a Estação Rubens Paiva do Metrô Rio.

Em 1º de março de 2012, a Assembleia Legislativa de São Paulo instalou a Comissão da Verdade Rubens Paiva, instituída para investigar violações de direitos humanos no período de 1964 a 1982.

A proposta de lei guarda maior coerência em dar nome a uma importante obra da construção civil da história do Brasil a um engenheiro civil.

O forte simbolismo que significa a troca do nome atual da ponte um dos alagoes pelo nome de uma de suas vítimas. Para que, o período negro de nossa história possa jamais ser esquecido.

O conceito de brasileiro cordial precisa e caminha na direção do brasileiro civilizado. A lei proposta é uma ação de civilidade.

Face o exposto conto com o apoio dos meus nobres pares para sua aprovação na Casa do Povo Brasileiro.

Brasília, de marco de 2014.

Deputado Federal Renato Simões

PT/SP